

# ENCONTROS E CONGRESSOS BRASILEIROS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: *UMA INSTÂNCIA EDUCATIVA*

Maria Aparecida Paiva Soares dos SANTOS<sup>1</sup>

O movimento de constituição e evolução da categoria de orientadores educacionais tem sido amplamente discutido em diferentes instâncias do sistema educacional brasileiro. Este artigo retoma o tema e sintetiza um estudo realizado pela autora em 1985, acerca dos *Encontros e Congressos Brasileiros de Orientação Educacional* realizados pela categoria, no período compreendido entre 1957 - 1984. Tais eventos são considerados como instâncias educativas e a reconstrução histórica dos mesmos se fez através da apreensão e análise de três dimensões educativas: as propostas de alteração quanto à formação acadêmica a ser dada aos futuros profissionais; as reivindicações de benefícios para a categoria (ora concessão, ora conquista) e a luta travada, nos eventos, pelas associações, a fim de garantir a coesão dos profissionais a elas filiados. Esta reconstrução histórica explicita uma dimensão educativa fundamental: a da formação dos orientadores educacionais dirigentes da categoria. Coloca, em seguida, os limites e as possibilidades desses eventos, hoje, enquanto instâncias educativas.

1. Professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino - FAE/UFMG.

A preocupação de se colocar adequadamente a perspectiva crítica da educação brasileira, no sentido de identificar sua função política e social, tem levado os educadores a repensar o seu papel no âmbito educacional e nas implicações de caráter mais amplo de sua atuação.

Nesse quadro, os educadores habilitados e/ou reponsáveis pelo curso de Orientação Educacional - uma das habilitações do curso de Pedagogia - vivem particularmente essa preocupação. Embora recente como habilitação da Pedagogia (1968), essa área existe no panorama educacional brasileiro desde a década de 20. É mesmo inserida no movimento atual de reformulação dos cursos de Pedagogia, essa habilitação guarda especificidades pela sua própria trajetória e pelo movimento específico de constituição da categoria que os profissionais da Orientação Educacional empreenderam, ao longo destes anos.

A formação do orientador educacional tem sido, nos últimos dez anos, a minha principal preocupação. O meu compromisso de entender o profissional pedagogo e sua prática se expressa de forma mais clara no entendimento do orientador educacional, uma vez que minha prática docente se faz no ensino dos conteúdos específicos desta habilitação. Privilegiar, portanto, uma instância de formação deste profissional me pareceu extremamente rico.

Nessa perspectiva, este artigo não pretende analisar a Orientação Educacional como uma das habilitações do curso de Pedagogia e as múltiplas determinações daí decorrentes. Sintetiza, antes, um estudo acerca dos eventos realizados pela categoria de orientadores educacionais no período compreendido entre 1957 - 1984. O objetivo dessa reconstrução histórica é identificar esses eventos como instâncias educativas e, através deles, captar o movimento de constituição e evolução da categoria de orientadores educacionais. Isso, sem dúvida, acaba por oferecer subsídios à redefinição da área.

## AS ORIGENS DO MOVIMENTO

O ano de 1957 marca o início do movimento da Orientação Educacional no Brasil enquanto categoria profissional organizada. Embora a Orientação Educacional tenha surgido

no panorama educacional na década de 20, através de iniciativas esparsas,<sup>2</sup> e embora figure na legislação desde a década de 40, através das Leis Orgânicas do Ensino Secundário, Industrial, Comercial e Agrícola, o seu 1º Simpósio em nível nacional foi realizado em julho de 1957, por iniciativa do MEC, através da Campanha de Difusão e Aperfeiçoamento do Ensino Secundário - C.A.D.E.S.

Essa iniciativa registra e marca a decisão do MEC de implantar e desenvolver a Orientação nas escolas de grau médio (equivalentes, hoje, ao ensino de 1º e 2º graus, conforme a Lei 5692/71). Trata-se, portanto, do primeiro simpósio que tenta definir o conteúdo da Orientação Educacional, bem como delimitar o seu campo de ação. Sua repercussão se fará sentir, de forma definitiva, na implementação e proliferação dos eventos subsequentes enquanto mecanismos de aglutinação dos profissionais e direção teórica a ser desenvolvida.

Se a Orientação Educacional surge no panorama educacional do Brasil na década de 20, e é reconhecida legalmente na década de 40, por que somente em 1957 ela seria considerada "verdadeira revolução pedagógica"? Que significado teria o 1º Simpósio de Orientação Educacional, a ponto de ser considerado o desencadeador dessa "revolução"? O que teria levado o MEC a patrocinar, naquele momento, a organização da categoria?

O seu surgimento nos coloca no interior do escolanovismo,<sup>3</sup> proposta pedagógica tida por LOPES (1984) como uma das "variantes do pensamento liberal em educação." É sem dúvida alguma no bojo dessa proposta que a Orientação será gestada e onde sua prática ensaiará os primeiros passos. Ela irá acontecer nas escolas como mais uma das propostas de inovação educacional que visava adequar a educação às necessidades criadas pelo início da industrialização no país, e a conseqüente incorporação da ideologia liberal.<sup>4</sup>

O visível fracasso de uma escola intelectualizada, autoritária, impondo um modelo de comportamento passivo aos alunos, era contrário à necessidade de transformá-los em "cidadãos livres", requisito necessário à sua incorporação no novo modo de produção que se instaurava. A contribuição que se reivindicava da escola era que, também ela, se transformasse numa "fábrica de conhecimentos". (LOPES, 1984).

Enquanto "fábrica de conhecimentos", essa nova escola seria investigada cientificamente, buscando contribuições fundamentais trazidas da Biologia e da Psicologia. Assim, os alunos se tornaram o centro do processo ensino-aprendizagem, sendo cada um tratado como um caso individual.

Nessa perspectiva, a Orientação Educacional teria um papel importante a desempenhar. Desde 1934, dois anos após a divulgação do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", a ABE ofereceu um curso de extensão sobre Orientação Educacional aberto a professores interessados em prestar serviços de Orientação Educacional em suas escolas.

*"Os professores Lourenço Filho, Faria Góes, Abgar Renault e Gustavo Capanema, conhecidos e significativos militantes da ABE, vão iniciar a discussão dos aspectos teóricos e técnicos da orientação educacional. Divulgam os trabalhos norte-americanos e são indicados como formuladores dos objetivos da orientação educacional, bem como da conceitualização que aparece na Lei Orgânica do Ensino em 42."*<sup>4</sup>

2. Em 1924, no Liceu de Artes e ofícios em SP., pelo engenheiro Roberto Mange. Em 1931, criação do 1º Serviço Público de Orientação Profissional, por iniciativa do prof. Lourenço Filho, diretor do Departamento de Educação de São Paulo. Em 1934, na escola Amaro Cavalcanti, por Aracy Muniz Freire. Em 1946, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

3. Cf. LOPES, Eliane Marta S. Teixeira. O Escolanovismo: revisão crítica. In: MELLO Guiomar Namó de, org. *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*, 1984.

4. TEIXEIRA, Rita Amélia. A Orientação Educacional na Escola Brasileira: análise crítica de suas propostas, resultados e função, 1985.

Nessa primeira fase do movimento, no entanto, nem a Orientação Educacional está clara para os escolanovistas,<sup>5</sup> e nem estes conseguiram avançar na discussão de que importava ao movimento inserir seus ideais num dado sistema de ensino, determinado não por um fenômeno natural de industrialização, mas por uma sociedade dividida em classes sociais.

O motivo pelo qual a Orientação Educacional foi regulamentada, na década de 40, no sistema de ensino brasileiro, está inegavelmente ligado ao fato de que sua origem seja a Orientação Profissional. Tanto aqui como nos Estados Unidos vislumbrou-se a possibilidade de que o orientador selecionasse, testasse e encaminhasse os alunos para os cursos profissionalizantes e, conseqüentemente, para áreas de mercado onde havia demanda profissional. Tudo isso em perfeita sintonia com os ideais propostos pela nova escola, pois o seu trabalho se basearia, "acima de tudo", nos interesses e aptidões dos alunos.

Iniciava-se, na sociedade brasileira, um movimento de planejamento intenso para o necessário sucesso do projeto político de desenvolvimento econômico. Nesse quadro, como afirma RODRIGUES (1982), o Estado assume o papel principal na transformação qualitativa da escola, pois o papel que a ela se destina não é o de atuar como "instância formadora de consciência (pelo menos no nível do explícito), mas como instância geradora das condições de desenvolvimento".

A questão mais polêmica trabalhada no 1º Simpósio - e que perdurou ao longo dos demais eventos - foi a escolha a ser feita pelos educadores brasileiros entre a experiência francesa e a americana. As questões econômicas e políticas que atravessavam o país apontavam efetivamente para a orientação americana, mas no nível do discurso se absorvia, também, a experiência francesa.

Evidentemente, isso trouxe determinações mais profundas ao desenvolvimento da Orientação Educacional nas escolas brasileiras, como mostra o depoimento a seguir:

*"Esse grupo (1º Simpósio) deixou a orientação numa situação ambígua, ele não decidiu que o orientador educacional seria essa espécie de orientador psicológico e nem decidiu o que o orientador faria como orientador educacional". (Entrevista feita com o representante de Minas Gerais no 1º Simpósio de Orientação Educacional - 1957)*

A polêmica quanto à especificidade da Orientação Educacional, a formação dos profissionais responsáveis pela área e a natureza de seu trabalho nas escolas permanece até nossos dias. Ao longo desses anos a categoria de orientadores educacionais, em constituição, se debateu, em diferentes instâncias, com a questão da legitimidade legal e real da prática da O.E. nas escolas.

Os eventos promovidos pela categoria, desde 1957, se configuram como instâncias privilegiadas de apreensão deste embate. Até 1968 o MEC subsidiou a realização dos eventos. De 1969 em diante, a categoria cria a Federação Nacional de Orientadores Educacionais, que assume a direção dos eventos. São eles:

- 1957 - I Simpósio de Orientação Educacional - São Paulo
- 1958 - II Simpósio de Orientação Educacional - Porto Alegre
- 1959 - Seminário de Orientação Educacional - Rio de Janeiro
- 1961 - III Simpósio de Orientação Educacional - Recife
- 1966 - Encontro de Orientadores e Psicólogos - Guanabara
- 1967 - Seminário Nacional de Orientação Educacional - Rio de Janeiro

5. PIMENTA, ao fazer uma análise comparativa da inserção da Orientação Educacional nas Leis Orgânicas, afirma que a imprecisão em relação aos objetivos e finalidades da O.E. "é, sem dúvida, o reflexo da própria indefinição da O.E. e dos profissionais da época".

- 1968 – I Encontro Nacional de Orientação Educacional – Brasília
- 1969 – II Encontro Nacional de Orientação Educacional – Porto Alegre
- 1970 – 1º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional – Brasília
- 1971 – III Encontro Nacional de Orientação Educacional – Recife
- 1972 – 2º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional – Rio de Janeiro
- 1973 – IV Encontro Nacional de Orientação Educacional – Belo Horizonte
- 1974 – 3º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional – Porto Alegre
- 1975 – V Encontro Nacional de Orientação Educacional – Salvador
- 1976 – 4º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional – São Paulo
- 1977 – VI Encontro Nacional de Orientação Educacional – Goiânia
- 1978 – 5º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional – Curitiba
- 1979 – VII Encontro Nacional de Orientação Educacional – Belém
- 1980 – 6º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional – Belo Horizonte
- 1982 – 7º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional – Fortaleza
- 1984 – 8º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional – Brasília

As associações de orientadores educacionais – responsáveis pela realização desses eventos – apareceram nos diferentes estados brasileiros em torno de 1966, e somente em 1969 é que se criou, em Porto Alegre, no II Encontro Nacional de Orientadores Educacionais, a Federação Nacional de Orientadores Educacionais – FENOE. A partir daí, essas entidades vêm promovendo, anualmente, encontros e congressos brasileiros de Orientação Educacional. Essa mobilização, em nível nacional, foi apontada pela revista de Orientação Educacional PROSPECTIVA 11, jun., 1983 – da Associação de O.E. do Rio Grande do Sul – em seu editorial, como: “uma das classes profissionais que mais realiza encontros em todos os níveis”.

A promoção desses eventos tornou-se, gradativamente, sua atividade principal. É através deles que as associações dos diferentes estados, bem como a FENOE manifestam a sua intenção educativa e, portanto, exercem influência na preparação dos orientadores educacionais para o exercício profissional. Esses eventos produziram ampla documentação acerca da formação do profissional de Orientação e expressam, em seu conjunto, o movimento de constituição e configuração dessa categoria no panorama educacional brasileiro.

## A PESQUISA

O estudo dos vinte e um eventos (simpósios, encontros e congressos) ocorridos na área de Orientação Educacional no Brasil, no período compreendido entre 1957-1984, subsidiou uma reconstrução histórica do movimento de constituição da categoria de orientadores educacionais, e demonstrou, através deste movimento, que esses eventos são instâncias educativas e que, enquanto tal, oferecem subsídios para a redefinição da área.

Inicialmente, pretendi identificar as associações de classe como instâncias educativas. O desencadeamento da pesquisa histórica, contudo, me fez constatar que o que eu buscava como instância de formação, cuja atividade principal era a promoção de encontros e congressos, havia sido gestado no interior desses próprios eventos, uma vez que eles vinham acontecendo desde 1957. O que passara a ser manifestação

das intenções educativas dessas entidades havia sido manifestado educativamente, no ato de sua criação. Colocou-se, pois, como problema de estudo, a identificação desses eventos como instâncias educativas em si, e não como mediadores das associações de classe.

A fim de que esse “educativo”, presente nessas instâncias, pudesse ser apreendido, optei, dentre as fontes possíveis, por duas: a literatura produzida sobre os eventos (discursos, regimentos internos, conferências, anais, relatórios, moções, recomendações) e entrevistas com os organizadores dos mesmos (presidentes das diversas associações encarregadas da realização dos eventos). Essas entrevistas tiveram como ponto de partida um roteiro previamente elaborado que serviu, no entanto, apenas como direção, a fim de que se garantisse que as entrevistas não fugissem aos objetivos propostos. Onze das quinze entrevistas previamente estabelecidas foram realizadas.

A Federação de Orientadores Educacionais não possui um arquivo de documentação dos eventos realizados por não ter sede fixa. Em alguns casos (conforme constatei durante a pesquisa), nem mesmo a associação responsável pela realização de um determinado evento possui cópia do material produzido. A documentação que obtive para o estudo foi conseguida através do contato com algumas associações e com orientadores educacionais que participaram dos eventos. Os eventos pesquisados apresentaram, portanto, diversidades, tanto na documentação quanto na quantidade de material encontrado, devido à forma diferenciada com que cada associação organizadora de um determinado evento tratou a questão da produção e reprodução do material.

A identificação dos eventos enquanto instâncias educativas precisava ser qualificada. De posse de uma considerável documentação, as perguntas iniciais do estudo deveriam ser reiteradas, confirmadas, redimensionadas. Que dimensões desse “educativo” interessava apreender? A apreensão de determinadas dimensões educativas conduziria a qual leitura do material? Esta leitura, por sua vez, que direção determinaria? “Os homens, quando participam de acontecimentos, não sabem exatamente que futuro engendram, mas o historiador conhece o futuro e é então, no realizado desse futuro, que obterá permissão para conhecer o passado.” (LOPES, 1985, p. 31).

Esse passado recente da Orientação Educacional no Brasil indicou-me, no contato com a documentação dos eventos e nas entrevistas realizadas, o quanto nós, orientadores educacionais, somos desprovidos da nossa própria história e o quanto foi intenso o movimento de constituição da categoria de orientadores educacionais. A direção, portanto, seria captar esse movimento. As dimensões educativas seriam explicitadas através de três linhas básicas de análise do material pesquisado que, por sua vez, possibilitaria uma leitura desse movimento dos orientadores enquanto categoria profissional. São elas: as propostas de alteração quanto à formação acadêmica a ser dada aos futuros profissionais; as reivindicações de benefícios para a categoria (ora concessão, ora conquista) e a luta travada nos eventos, pelas associações, a fim de garantir a coesão dos profissionais a elas filiados.

Restava, ainda, uma questão crucial. De que maneira o estudo poderia demonstrar tudo isto? Ao dizer restava, não quero afirmar que houve uma seqüência de fases pelas quais fui passando. Ao contrário, como afirma LeFebvre: “Entre a ação e o pensamento não há separação. Não há barreira estanque”. Nesse sentido, como não seqüenciar os eventos, cronologizá-los, apresentá-los como fatos históricos apenas? Era necessário demonstrar o crescimento gradativo da categoria, mas, ao mesmo tempo, fugir a uma linearidade.

Os eventos, então, foram agrupados não de uma forma cronológica, mas pela maneira com que eles mesmos trabalhavam temáticas semelhantes, e pela forma como estas foram

articuladas com a política educacional e o contexto histórico brasileiro. Os agrupamentos foram:

1º - Origens do movimento de O.E.

Eventos:

Simpósios, Seminários e Encontros do período 1957-1967.

Discussões sobre implantação, conteúdo e delimitação da O.E.

2º - Afirmação do Orientador Educacional como categoria profissional.

Eventos:

I ENOE / 1968 - Intercâmbio. Problemas da classe. Programar ação conjunta.

II ENOE / 1969 - Congregar a classe a nível de país. Avaliar I ENOE, Criar FENOE.

1º CBOE / 1970 - Formação do O.E. para os diferentes sistemas de ensino.

3º - O Lugar da O.E. no Ensino de 1º e 2º Graus.

Eventos:

III ENOE / 1971 - A O.E. e a Reforma de Ensino.

2º CBOE / 1972 - A O.E. e a Reforma de Ensino: tarefa da O.E. na escola.

4º - Explicação do profissional da O.E. e tentativas de reorientação do trabalho.

Eventos:

VI ENOE / 1973 - A Filosofia do O.E.

V ENOE / 1975 - A O.E. em perspectiva de mudança.

4º CBOE / 1976 - Áreas da O.E. em desenvolvimento com o currículo.

5º CBOE / 1978 - Novas perspectivas da O.E.

5º - Retomada do eixo teórico e propostas iniciais da O.E.

Eventos:

3º CBOE / 1974 - O O.E. como agente de saúde mental.

8º CBOE / 1980 - A O.E.: o desenvolvimento da pessoa e o desenvolvimento vocacional.

6º - Tentativas de articulação da O.E. com o contexto educacional e social.

Eventos:

VI ENOE / 1977 - O papel da O.E. na sociedade.

VII ENOE / 1979 - A O.E. e o processo de Educação Global.

7º CBOE / 1982 - O O.E., agente de renovação.

8º CBOE / 1984 - A O.E., realidade brasileira.

No primeiro agrupamento, ficam claras as origens do movimento de Orientação Educacional no Brasil e o seu marco enquanto categoria profissional. Fica clara, também, a iniciativa no MEC de organizar e difundir a área através da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - C.A.D.E.S. A influência decisiva deste órgão se fará sentir até 1969, quando então se cria a Federação Nacional de Orientadores Educacionais - FENOE.

No segundo agrupamento, *A afirmação do Orientador Educacional como categoria profissional*, discute-se uma tomada de posição da categoria, no sentido de reivindicar a confirmação do seu papel e da sua função em termos legais. Até 1968 a categoria não dava mostras de "pressa" quanto à sua legitimação oficial, uma vez que o próprio MEC, como já foi dito, tratava da direção e dos subsídios para a área.

O intenso debate instaurado neste agrupamento sobre a legalização da profissão era o reconhecimento de que o MEC era um meio da categoria se afirmar em termos legais, contudo não se comprometendo a congregá-la. A criação de uma entidade federada, FENOE, era o reconhecimento da necessidade de afirmação da categoria em termos corporativos, ainda que tal corporativismo fosse atrelado e dependente da burocracia educacional. Estava-se fazendo a passagem... A sistematização dos eventos, anualmente, sob a coordenação da FENOE era o atestado de que o MEC conseguira, enfim, organizar os orientadores, mas era também, sem dúvida alguma, a primeira reação da categoria; seu anúncio de independência, ainda que a luta fosse exclusivamente corporativista.

A categoria aprende, no interior das lutas travadas entre a conciliação do legal e do corporativo, que seu desempenho profissional como categoria é uma instância legítima e decisiva na conquista de sua afirmação. Experiências recentes haviam demonstrado que o ganho legal não se sustentaria, se não se respaldasse "produtivamente" numa prática concreta.

A Orientação Educacional, até então desenvolvida em nível de pós-graduação, é integrada ao curso de Pedagogia pela Lei nº 5540/68<sup>6</sup>, sendo colocada lado a lado com as demais habilitações (supervisão, administração e inspeção). Essa lei solucionou as discussões - feitas já no tempo do 1º Simpósio de Orientação Educacional em 1957 - quanto ao curso e ao nível de ensino que melhor se adequariam à preparação do profissional. A categoria reagiu a essa decisão e protestou. A equiparação aos demais especialistas em educação significava a perda do status de pós-graduação.

É intensa a luta, coordenada pela FENOE, pela retomada da formação do orientador educacional em nível de pós-graduação. A categoria, não conseguindo o almejado, se movimenta, a partir daí, no sentido de acelerar a tramitação do Processo MEC nº 2665/71, visando a regulamentação de sua profissão. Essa regulamentação ocorrerá em 26/09/73, através do Decreto nº 72846.

Se, de um lado, os dois primeiros eventos deste agrupamento mobilizaram a categoria no sentido de garantir a afirmação do profissional de Orientação em termos legais, de outro lado, o 1º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, realizado em Brasília no ano de 1970, buscará, sem abandonar o aspecto legal, um outro caminho de luta para essa afirmação. O tema do evento, *"A formação do Orientador Educacional para os diferentes sistemas de ensino"*, já aponta a preocupação dos orientadores educacionais com o seu desempenho nas escolas.

Atentos às transformações por que passava o sistema educacional brasileiro, os orientadores educacionais dedicaram seus eventos subsequentes (terceiro agrupamento) ao estudo da Lei nº 5692/71, que reestruturou o ensino primário e médio, a partir daí denominado ensino de 1º e 2º graus. Apenas dois meses após a aprovação da Lei, mobilizados através de dezesseis associações<sup>7</sup> estaduais, discutiram o tema *"A Orientação e a Reforma do Ensino"*. Isto confirma a direção dada ao evento anterior - 1º CBOE/70 - quanto à ênfase no desempenho profissional nas escolas.

A partir do estudo dos sub-temas trabalhados no III Encontro - *"A Orientação face à atualização e expansão do ensino; o papel do Orientador na escola de 1º e 2º graus, Orientação Vocacional e Profissional; Orientação Educacional na Universidade"* - a categoria de orientadores se prepara para a realização do 2º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, que mantém o tema gerador: *"A Orientação Educacional e a Reforma do Ensino"*, mas busca uma maior concretiza-

6. A referida Lei, em seu art. 30, parágrafos 1º e 2º, define que a formação dos "especialistas em educação", inclusive a Orientação Educacional, se daria em nível superior. Posteriormente, o Parecer 252/69 do CFE (em consequência da aprovação dessa Lei) reformula o curso de Pedagogia.

7. Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Estado do Rio, Guanabara, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; estas foram as associações presentes ao III ENOE.

ção no nível da prática, acrescentando: "*Tarefas da Orientação Educacional na escola*".

O paradoxal, no entanto, na categoria, é que sua performance para lutar no interior de seus eventos pelo seu lugar no sistema (dois meses após a aprovação da Lei) fazia com que o lugar legal se esgotasse em si mesmo. Já era tempo da categoria demonstrar também a sua performance quanto ao lugar social onde suas conquistas se davam.

Seria o artigo 10 da Lei 5692/71 – "Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo Aconselhamento Vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade" – o final do rastilho, tão efusivamente anunciado em 1957? Seria a Orientação Educacional, através do seu trabalho de Orientação Vocacional, a tão esperada "revolução pedagógica"? "A base da diversificação da escola", inevitável ao desenvolvimento econômico, como afirmara AMADO?

Se assim fosse, esperava-se desse profissional, realmente, uma verdadeira revolução. Silenciosa e eficazmente ela haveria de, com um arrojado projeto ideológico, mascarar as contradições sociais que se manifestassem no aparelho escolar brasileiro e legitimar a aplicação de uma lei que mantinha vivo, mais do que nunca, o acesso desigual aos graus escolares, as desiguais oportunidades quanto aos diversos tipos de emprego e os desequilíbrios entre oferta e demanda de mão de obra. A categoria, mais do que nunca, queria o seu lugar, mas o trunfo que a havia alçado a tão importante posto na política educacional (Orientação Vocacional) não era sistematizado e nem se configurava como uma prática consistente entre os orientadores.

Entre a euforia de ser conclamada a desempenhar tão importante papel e a cautela de reivindicar melhores cursos, respaldo institucional e competências mais específicas, existiam duas enormes perplexidades: lidar com a indefinição de sua formação essencialmente humanista e preparar-se para sondar e orientar aptidões para o trabalho, que se tornava cada vez mais desqualificado e alienado.

Mesmo tendo sido implantada por iniciativas governamentais através de cursos, jornadas, encontros e simpósios, a Orientação Educacional, para se tornar efetivamente portavoza das diretrizes oficiais de educação, teria que se mostrar "eficiente" em sua prática cotidiana nas escolas. O período compreendido entre 1973 e 1978 (quarto agrupamento) está marcado fundamentalmente pelo esforço da categoria em explicitar, ao máximo, que tipo de profissional, concretamente, era o orientador educacional. A afirmação e legitimação do profissional, no sistema, dependia dessa explicitação. Aos administradores da educação interessava saber que tipo de colaboração efetiva poderia ser esperada dos orientadores educacionais, uma vez que as expectativas oficiais haviam sido registradas em lei.

Esse movimento de explicitação trazia, como consequência, a necessidade de se afirmar os pressupostos do trabalho da Orientação Educacional. Tal afirmação, contudo, não podia ocorrer apenas no nível do teórico. A sua prática concreta, ainda que calcada no cumprimento da Lei 5692/71, estava a apontar para a necessidade de uma reorientação profissional.

Concretiza-se, nesse momento, com maior intensidade, a contradição vivida, até hoje, pelos integrantes da categoria: responder às demandas que lhes são feitas como profissionais gerados e direcionados pelo sistema e, ao lado disso, a necessidade de afirmarem-se como educadores comprometidos com uma prática pedagógica que lhes aponta caminhos tão diversos do papel oficial que lhes é imposto.

O cumprimento da Lei 5692/71 não acontecia de forma generalizada, como era previsto no texto legal. Em alguns estados brasileiros, contudo, a criação de cargos de orientador educacional ocorreu após a lei e eles começaram a atuar no ensino de 2º grau. A reivindicação que os orientadores faziam naquele momento era que a Lei, em especial em seu artigo 10, que havia instituído a obrigatoriedade da Orientação nas escolas não se tornasse "letra morta." Nesse particular, a categoria já possuía uma longa experiência de leis não cumpridas e, o

que era pior, a maioria dos orientadores educacionais atuantes naquele momento se encontrava em escolas particulares, desampenhando, via de regra, o papel de psicólogos.

Apesar de todas essas adversidades, a categoria já se sentia suficientemente forte para continuar reclamando o cumprimento do aspecto legal. Este, no entanto, estava imerso num conjunto de implicações contextuais com as quais a categoria de orientadores não se envolvia, pelo menos enquanto categoria. O dado objetivo era a existência de uma lei, e a "briga" dos orientadores se restringia a assegurar o seu quinhão.

Seria necessário mais algum tempo, ainda, para que a categoria "se descolasse do legal" e fizesse sua "entrada" mais concreta no processo de transformação pelo qual passava a sociedade brasileira. Sua alienação enquanto categoria sofria, contudo, o primeiro impacto em 1976 e, ainda, na luta da categoria pela "conquista do legal".

Perplexa com sua ineficiência ao lidar com a Orientação Vocacional demandada pela Lei e, principalmente, com o não cumprimento do seu artigo 10, a categoria constata, definitivamente, que o legal não lhes havia garantido o lugar. A professora Ana Bernardes, Diretora do Departamento de Ensino Fundamental do MEC, dispara o "tiro" que, em minha opinião, foi o responsável para que em 1977, em Goiânia, os orientadores explicitassem e comesçassem a assumir, enquanto categoria, uma posição mais progressista. "A lei não determina a necessidade do orientador nas escolas, mas da Orientação Educacional." Rompe-se, nesse momento, uma fase do corporativismo da categoria de orientadores educacionais sob as benesses do legal.

Durante todos esses anos (1957-1984), a categoria de orientadores educacionais, através dos eventos que promoveu, tem demonstrado um movimento de afirmação e negação dos seus pressupostos básicos. Ainda que essa negação não se radicalize, mas aconteça apenas, para que seja possível a emergência de novos pressupostos, em alguns momentos, ela se torna mais aguda. O fato de tratar-se de uma profissão relativamente nova, contudo, faz com que esse movimento tenda mais para a afirmação do que para a negação. A necessidade de afirmar-se teoricamente a fim de que sua prática seja legítima favorece um intenso movimento corporativista e uma consequente cristalização de suas conquistas.

Nessa perspectiva, abrir mão das teorias que sustentaram e sustentam a Orientação Educacional, e mesmo reavaliá-las num dado contexto educacional e social era, e é, tarefa extremamente difícil para a categoria. O que os eventos realizados têm demonstrado é que o fato da Orientação Educacional ter surgido como área de conhecimento a partir da Psicologia – chegando até, em alguns estados, a anteceder a criação dos cursos de Psicologia propriamente ditos (exemplos de Minas Gerais) – fez com que a relação entre esses dois campos se mantivesse tão estreita que para os orientadores tornava-se impossível fazer a distinção.

Essa ênfase no psicológico como sustentação do profissional está ligada, portanto, às primeiras discussões em torno da definição do tipo de profissional a ser formado. Esse fato pode ser comprovado no relato sobre a experiência francesa, apresentado no 1º Simpósio em 1957, quando a autora Marie Alphonse Carbonnet afirma que a tendência naquele país era a de caracterizar o profissional como "Psicólogo Escolar".

Embora essa marca do psicológico esteja presente na maioria dos eventos, ela ocorrerá de forma particularmente acentuada em dois congressos: no 3º CBOE/Porto Alegre/1974 e no 6º CBOE/1980 – Belo Horizonte. A opção por caracterizá-los como momentos de retomada do eixo teórico e das propostas iniciais de Orientação Educacional serve para destacar o movimento feito pela categoria no sentido de reafirmar-se enquanto profissão, privilegiando as teorias psicológicas que lhe deram respaldo.

Esse respaldo, sem dúvida, não está circunscrito apenas no fato de uma área do conhecimento subsidiar o aparecimento de determinado profissional. A Psicologia, explicando e justificando as diferenças individuais através do estudo das

etapas evolutivas do homem, dos padrões de aprendizagem e da aplicação de testes, servia diretamente à proposta pedagógica liberal, que teve no orientador educacional um colaborador precioso. Formado nessa ótica psicologizante, ele serviu de repassador do ideário liberal, se propondo caracterizar o aluno como ser social e como indivíduo, camuflando sua relação com a sociedade concreta.

Nessa perspectiva, o 3º CBOE não só reafirmou seus pressupostos teóricos advindos das teorias psicológicas até então divulgadas, como também pretendeu direcionar a prática dos orientadores educacionais para uma postura psicologizante mais definida, a partir desses pressupostos. O tema central "O Orientador Educacional como agente de saúde mental" foi trabalhado através de quatorze cursos oferecidos durante o congresso.

O 6º CBOE, no entanto, é um outro marco significativo do movimento feito pela categoria para reafirmar-se, retomando as propostas iniciais de Orientação Educacional calcadas nas teorias psicológicas. A teoria desenvolvimentista de SUPER (1963) e o modelo de relação de ajuda de CARCKUFF (1976), trabalhados nesse evento, são os fundamentos para fazer do orientador educacional "um agente de mudanças", um "facilitador das relações interpessoais".

Afirmar aqui que a Psicologia constituiu o eixo teórico conservador da Orientação Educacional, porque assegurava seu movimento corporativista, dando-lhe apenas uma direção, não é suficiente. Afirmar também que esse corporativismo predominou sempre, em detrimento do teórico, seria negar o movimento de superação da alienação histórica feito pela categoria, ao longo desses anos.

Como entender, então, o fato de que no espaço de seis anos, entre um e outro evento, a categoria apresenta o mesmo movimento de retomada do seu eixo teórico? A reação corporativista da categoria foi sempre uma constante muito significativa nos momentos de ameaça. Se este movimento de reafirmação for considerado como uma reação em defesa do já conseguido, é possível contextualizar esses dois eventos.

Pois bem, ameaçada pelas pressões legais que lhe eram feitas, e insegura quanto ao respaldo que este mesmo aspecto legal lhe daria, a categoria reage. Reage sob pressão ao legal, mas, estrategicamente, retomando seu eixo teórico, já referendado e até legitimado por ele. O enfoque da saúde mental trabalhado àquela época pela Psicologia, chegando mesmo a determinar a inclusão da disciplina "Psicologia do Ajustamento" nos currículos de Pedagogia, era a saída.

Em reação à tarefa de Orientação Vocacional proposta pela lei, ou quem sabe, tentando reorientá-la dentro de uma perspectiva de Orientação Educacional, evidentemente reduzida pela lei, a categoria, para justificar o temário do 3º Congresso, argumentava que ao enfatizar o orientador educacional como "agente de saúde mental" não tinha em mente um mero "rótulo". Isto significava que a "saúde mental" não era para a Orientação Educacional um enfoque "arbitrário" do seu trabalho, mas constituía-se no próprio sentido e significado de sua opção profissional. Nesse evento, portanto, a reação desencadeada pela categoria, ao reafirmar seu eixo teórico, havia sido determinada pelas pressões do legal.

No 6º Congresso, também, a categoria reage, reafirmando seu eixo teórico. "O desenvolvimento da pessoa" e "O desenvolvimento vocacional" são os temas centrais. A reação, porém, assume características diferentes da primeira. A reação é contra a própria categoria, representada por grupos que desde 1977 tentavam acompanhar o movimento de transformação da sociedade brasileira e será, por consequência, contra o próprio contexto educacional que estava a exigir um posicionamento mais claro da categoria diante de suas movimentações e, principalmente, diante da mobilização a favor da democratização da escola.

Como se vê, a reação ao legal, desencadeada em 1974, significou um rompimento com o legalismo, e até, em certa medida, resguardou a categoria. Já o movimento de retomada do eixo teórico, em 1980, foi tão ou mais ameaçador para a própria categoria do que as ameaças vindas de um contexto estranho a ela, enquanto instituição que representava os

orientadores educacionais. A manutenção rígida do conservadorismo é, muitas vezes, uma legitimação viva das idéias progressistas que permanecem coladas a ele por oposição.

Afirmando e/ou negando os pressupostos básicos da Orientação Educacional, a categoria de orientadores promove seus eventos em determinados momentos históricos que trazem no seu bojo um tipo de demanda social e, conseqüentemente, uma expectativa clara em termos educacionais. O próprio movimento, portanto, não é determinado apenas internamente pela categoria, mas principalmente pelo confronto de sua prática com a realidade concreta onde esta se dá. Uma alteração significativa nos rumos da categoria só seria possível em um dado contexto, levando-se ainda em consideração que os elementos para essa alteração não são produzidos sem o suficiente amadurecimento, seja dos seus dirigentes oficiais, seja de cada profissional individualmente.

Foi necessário que a categoria, ao longo desses anos, buscasse sua afirmação profissional, determinando seu lugar no sistema educacional brasileiro a partir desse confronto, o que a obrigou a explicitar e reorientar o seu trabalho. Ao fazer esse movimento, a categoria retoma, em alguns momentos, os pressupostos teóricos que a sustentam, e explicita as possibilidades da superação de sua própria história profissional.

O VI Encontro Nacional de Orientadores Educacionais (sexto agrupamento), realizado em Goiânia no ano de 1977, é o marco das tentativas que vêm sendo feitas pela categoria de articular-se com o contexto social mais amplo, buscando inserir o profissional na realidade concreta onde atua, tentando imprimir-lhe uma prática comprometida política e socialmente com as questões pedagógicas enfrentadas pela escola no atendimento à maioria da população brasileira.

O orientador educacional estava sendo chamado a participar desse momento — revendo as teorias psicológicas que fundamentavam sua prática e que nada tinham a ver com a realidade do aluno brasileiro, explicitando, através dessa revisão, todo o seu comprometimento com um contexto sócio-econômico e político que o utilizava apenas como mais um instrumento de reprodução da estrutura social vigente — e a definir-se no seu confronto diário com a realidade, pela transformação social e da escola.

Instaurava-se, nesse momento, um dos debates mais significativos desencadeados pela categoria no interior de seus eventos. A afirmação e a negação dos seus pressupostos, a posição dos órgãos dirigentes da categoria e as linhas divergentes quanto à prática da Orientação Educacional se explicitam e, nesse confronto, a categoria "perde" em coesão e ganha em autonomia para enfrentar, abertamente, suas questões internas.

Com esse agrupamento, encerra-se uma fase que significou um "apalpar" de uma nova perspectiva para a Orientação Educacional. Não que isso se restrinja aos três eventos nele tratados. As discussões e estudos em torno dessa nova abordagem já aconteciam em diferentes pontos do país em tempos diferenciados. Fazer com que elas se tornassem o centro das atenções dos dirigentes da categoria e com que os congressos brasileiros fossem eleitos como palco principal na construção desse novo enredo é que levou um pouco mais de tempo, o que representou, sem dúvida, uma grande conquista. Certamente não está redefinida a Orientação Educacional, e nem tão pouco assimilado, na prática, o discurso veiculado nesse evento. A luta está posta para a categoria como um todo e há que se ter "paciência histórica".

O fato de neste estudo não se ter ordenado os eventos cronologicamente favorece em muito a apreensão dos movimentos feitos pela categoria no sentido de articular-se com o contexto, de procurar essa "entrada" na dinâmica mais concreta do processo de transformação pelo qual passa a sociedade brasileira. É evidente que isso só se daria num determinado momento histórico, pela lentidão em que ocorreu o amadurecimento político de suas entidades representativas e de seus dirigentes; mas a categoria, no seu interior, apresentou movimentos de grandes reações a esse processo.

Se é possível fazer uma divisão, apenas para que essa questão fique clara, pode-se dizer que dois grandes momentos permeiam a categoria de orientadores educacionais: o da alienação e o da "entrada" no processo. Sem dúvida nenhuma, esses dois movimentos se separam, se excluem mutuamente e se anulam em detrimento do predomínio de um sobre o outro. Entra-se no processo alienadamente, através do legal, mas, e ao mesmo tempo, aliena-se no interior do processo, tentando rechaçar suas pressões. O que qualifica, portanto, estes dois movimentos é a opção que a categoria faz por um deles.

Aqui, entra o aspecto teórico. Não se pode dizer que os orientadores fizeram opção por atuar alienadamente, durante longos anos. A Orientação Educacional tudo fez para existir independentemente do "social". O "teórico" que deu respaldo a essa posição - a Psicologia - apresentava apenas uma direção, um eixo, porque, também, era apenas isso que a categoria dela retirava.

O corporativismo se sente fortalecido, porque em momento nenhum se vê ameaçado por diferentes abordagens teóricas. Quando novas abordagens desvelam o aluno no lugar que ele ocupa no "social", o corporativismo assumido pela categoria distende-se e é iniciado um processo de "entrada", teórica e prática, no contexto social e educacional.

É neste embate de afirmação e negação teórica que se apreendem as lutas travadas no interior da própria categoria, gerando seu movimento específico de formação educativa. É a intensidade desses movimentos em tempos diferenciados que vai marcando o processo de inserção da categoria de orientadores na realidade concreta onde atuam, tentando imprimí-lhes uma prática comprometida política e socialmente com as questões pedagógicas enfrentadas pela escola no atendimento à maioria da população brasileira. É a "entrada", por opção, da categoria no contexto objetivo do seu tempo. Lá está o seu aluno, datado e situado social, política e historicamente.

Dois movimentos são claros na dinâmica desses eventos: o da luta no interior da própria categoria, gerando seu movimento específico de formação educativa e o da reivindicação de benefícios, que durante longo tempo é concessão do sistema educacional, e que, na sua ausência se transforma também em luta, em reivindicação.

O aprofundamento das dimensões educativas explicitadas no estudo acabou por evidenciar uma dimensão educativa fundamental dos eventos, ou seja, a da formação de orientadores educacionais dirigentes da categoria. Sendo assim, tornou-se imperioso retomar o movimento da categoria até então trabalhado e fazer uma leitura dessa dimensão educativa. A leitura final apresentaria, em seu conjunto, os limites e as possibilidades dos congressos brasileiros de Orientação Educacional enquanto instâncias educativas.

#### AS DIMENSÕES EDUCATIVAS NA DINÂMICA DOS EVENTOS

A partir dessa explicitação, tornou-se possível retomar as três dimensões educativas trabalhadas ao longo do estudo, considerando-as como manifestações educativas da ação desses dirigentes. Assim, as propostas quanto à formação acadêmica a ser dada aos futuros profissionais, a reivindicação de benefícios para a categoria (ora concessão, ora conquista) e a luta pela garantia da coesão dos profissionais da Orientação Educacional revelam os rumos tomados por esses dirigentes e atestam o quanto os eventos se têm constituído como instâncias educativas.

As propostas quanto à formação acadêmica a ser dada aos futuros profissionais demonstram que, partindo de uma Orientação Educacional fundada em bases essencialmente psicológicas, voltada para uma prática conservadora, que tinha como proposta o atendimento dos interesses da classe dominante, a categoria de orientadores educacionais vai, gradativamente, redimensionando essa proposta, na medida em que incorpora novos pressupostos teóricos. A função ideológica da Orientação Educacional é evidenciada quando a categoria

identifica a presença de fatores sócio-econômicos como determinantes de sua prática.

A constatação de que sua prática se desenrola num dado contexto histórico faz com que a Orientação Educacional seja colocada em questão; questiona-se, principalmente, a serviço de quem ela está. O comprometimento com a maioria da população brasileira e o reconhecimento de que a escola é necessária como um dos instrumentos de luta para a sua emancipação faz com que a categoria empreenda, no interior dessas instâncias, um movimento de redefinição da prática da Orientação Educacional no Brasil.

Não podendo ser desvinculado desse movimento de cunho mais teórico, mas sendo determinado por ele, o percurso dos orientadores enquanto categoria profissional também se transformaria de forma extremamente rica nessas instâncias. De categoria profissional organizada e tutelada pelo MEC, acostumada a receber dele concessões e benefícios, durante longos anos, o conjunto dos orientadores vão assumindo o controle e a direção da profissão, criando associações em todos os estados e, paralelamente, criando a entidade que os congregaria: a Federação Nacional de Orientadores Educacionais. De categoria de profissionais sempre dispostos a responder às demandas dos planejadores da política educacional, os orientadores educacionais, a partir de grandes lutas internas, e vivenciando a contradição imposta por sua prática concreta nas escolas, passam a romper com uma certa subserviência que os caracterizava e optam por assumir os desafios que a realidade lhes impõe.

A luta pela garantia da coesão da categoria de orientadores subjacentes a esses dois movimentos vai desde um corporativismo acentuado, que procura resguardar a categoria de qualquer interferência vinda de fora, até a identificação dos orientadores educacionais como educadores e, portanto, pertencentes a uma categoria mais ampla que tenta organizar-se coletivamente em torno de problemas comuns e da democratização da escola brasileira.

Essa mobilização é necessária à categoria de orientadores enquanto instâncias educativas. Nada melhor que este fragmento para ilustrar tal afirmação:

*"E os Encontros, por sua própria produção, foram tomando partido, foram tomando posições (...). Eu acho que eles tiveram uma grande importância na mudança de perspectiva da Orientação Educacional no país. A princípio apenas repetíamos modelos, e os eventos foram inovando tanto, ao ponto de se questionar internamente a Orientação Educacional. Ao ponto de se dizer: não é assim que a Orientação deve acontecer, não é separadamente que a Orientação deve acontecer, mas é um contexto da escola e da sociedade como um todo." (Entrevista realizada com a presidente do VII ENOE / 77 Goiânia).*

#### LIMITES E POSSIBILIDADES. . .

Existem, contudo, questões a serem enfrentadas. Limites e possibilidades. . . Os eventos produzem um determinado tipo de "orientador conferencista", que passa a ser figura "obrigatória" nos demais. Eles se repetem não só nos congressos brasileiros, mas, principalmente, após os mesmos, pois são chamados a repetir suas conferências numa infinidade de encontros menores (encontros regionais, congressos estaduais, seminários, etc.). Para GRAMSCI (1982), "a repetição sistemática e paciente é um princípio metodológico fundamental"; mas essa repetição não suporia que, necessariamente, fosse feita pelas mesmas pessoas.

É necessário que aconteça um trabalho educativo-formativo no interior dos eventos. Os congressos, enquanto instâncias educativas, não podem cristalizar sua capacidade mobilizadora. Os desdobramentos educativos posteriores, nos estados, nas diferentes associações, nos grupos que se constituírem, podem até contar com a presença desse tipo de orientador-conferencista; não para a repetição *ad nauseam* do que

já foi dito, mas como um momento de se perseguir, educativamente, a apreensão e o aprofundamento do discurso teórico.

Os eventos produzem, também, no seu interior, um corporativismo entre as próprias associações. Uma determinada associação estadual, ao assumir a organização de um evento, se sente, repentinamente, isolada das demais. O "sucesso" do evento passa a ser assumido como responsabilidade individual, e as demais associações, através de seus participantes, "avaliam", como se estivessem de fora, o desenvolvimento do mesmo. É necessário que a categoria se liberte, como diz GRAMSCI (1982), "de um certo ambiente provinciano e corporativo". É necessário que a categoria assuma cada evento como um momento histórico, a fim de que ele possa transformar-se em marco educativo do seu desenvolvimento.

Finalmente, os eventos ainda possuem uma grande marca individualista em relação às outras categorias. As queixas infundáveis de sua não articulação com supervisores e diretores já podiam ter transformado-se em propostas concretas: um congresso brasileiro de pedagogos, por exemplo.

*"Não pode existir associação permanente, com capacidade de desenvolvimento, que não seja sustentada por determinados princípios éticos, que a própria associação determina para seus componentes singulares. (...) Nem por isso deixam estes princípios de possuir caráter universal. (...) Portanto, esta associação não se considera como algo definitivo e enrijecido, mas como tendente a ampliar-se a todo um agrupamento social, que é também considerado como tendente a unificar toda a humanidade."*  
(GRAMSCI, 1982 p. 167)

Até aqui, a tentativa foi de analisar os eventos realizados pelos orientadores educacionais enquanto instâncias educativas, visando a elaboração de reflexões sistematizadas sobre os mesmos. Uma série de investigações e operações intelectuais foram realizadas, e algumas delas estão registradas neste artigo. É chegado o momento de não se deixar seduzir pela mistificação e aguardar que estas reflexões se coloquem como uma das múltiplas possibilidades para que os orientadores educacionais tomem posse de sua história, e para que os congressos, enquanto instâncias educativas, sejam a difusão do seu engajamento no processo histórico do seu tempo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Gildásio. *Educação média e fundamental*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Parecer nº 734/79, 08/out./1969. Formação de orientadores educacionais em nível de pós-graduação. *Documenta*, Rio de Janeiro, 107 : 33-41, out. 1969.

- CARKHUFF, Robert P. *O relacionamento de ajuda para pais, professores, psicólogos*. Belo Horizonte, CEDEP Editora, 1976.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição*. São Paulo, Cortez Editora, 1985.
- GARCIA, Regina Leite & MAIA, Eny. *Uma orientação educacional nova para uma nova escola*. 2 ed. São Paulo, Loyola, 1985.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. p.167.
- LOPES, Eliane Marta S. Teixeira. *Colonizador colonizado - uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1985.
- . *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo, Ática, 1986.
- LOUREIRO, Marcos Correa da Silva. *A difícil relação teoria e prática; a orientação educacional na escola*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Depto. de Psicologia da Educação, 1982. (Dissertação, Mestrado).
- MELLO, Guiomar Namó, org. *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo, Loyola, 1984.
- PIMENTA, Selma Garrido. *Orientação vocacional e decisão, estudo crítico da situação no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1979.
- . *Uma proposta de atuação do orientador educacional na escola pública*. São Paulo, PUC-SP, 1985. (Tese, Doutorado).
- RODRIGUES, Neidson. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*. São Paulo, Cortez, 1982.
- SANTOS, Maria Aparecida Paiva S. *Encontros e congressos brasileiros de orientação educacional: uma instância educativa*. Belo Horizonte, Mestrado da Fac. de Educação da UFMG, 1986. (Dissertação, Mestrado).
- SUPER, D.E. et alli. *Career development self, concept theory*. New York, College Entrance Examination Board, 1963.
- TEIXEIRA, Rita Amélia. *Para uma análise crítica da orientação educacional; subsídios para compreensão e definição de sua prática no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Depto. de Psicologia da Educação, 1979. (Dissertação, Mestrado).
- TEIXEIRA, Rita Amélia. *A orientação educacional na escola brasileira; análise, crítica de suas propostas, resultados e função*. Frankfurt, R.F.A., 1985. (Tese, Doutorado).

